

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Prisões do país têm 1 morte a cada 2 dias

Maranhão registrou 28% dos homicídios; chance de ser morto atrás das grades é 60 vezes maior que do lado de fora

Presos obrigam rivais a tomar coquetel que leva a morte; vítimas do 'gatorade da morte' não são computadas

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA
DIOGENES CAMPANHA
DE SÃO PAULO

Conhecidas como "escolas do crime", as prisões do Brasil foram cenário de ao menos 218 homicídios em 2013. Isso representa média de uma morte a cada dois dias.

Só o complexo de Pedrinhas, em São Luís, respondeu por 28% do total nacional e por todas as mortes em prisões do Estado, aponta levantamento da **Folha**.

Alagoas, Bahia e Rondônia não forneceram informações.

No Maranhão, que enfrenta grave crise de segurança, a chance de ser morto num presídio é quase 60 vezes maior do que do lado de fora.

Os números incluem apenas as mortes violentas no sistema prisional dos Estados. Não consideram casos registrados em carceragens de delegacias, para os quais não há dados consolidados.

Ou seja, a violência atrás das grades pode ser ainda maior, já que historicamente o número de presos sob custódia policial equivale a 10% do total de detentos em cadeias e presídios.

Além disso, há casos de mortes em cadeias que permanecem em investigação e, por ora, não foram computados como homicídios.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, nenhum crime foi registrado em 2013, mas 14 óbitos estão "a esclarecer".

'GATORADE' DA MORTE

"A subnotificação é a regra", diz o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, José de Jesus Filho.

Segundo ele, em muitos Estados há ainda a chamada "morte gatorade", em que os presos são obrigados a tomar um coquetel com drogas que leva à overdose.

Com cerca de 550 mil pessoas no sistema prisional, o Brasil tem, em números absolutos, a quarta maior população carcerária do mundo.

Fica atrás apenas de EUA (2,2 milhões), China (1,6 milhão) e Rússia (680 mil).

Brigas de toda a natureza são apontados como motivos mais comuns das mortes.

"Há rivalidades entre facções e também acertos de contas isolados, de quando já há problemas fora do presídio", afirma o diretor do Departamento Penitenciário do Paraná, Cezinando Paredes.

Nem mesmo a separação dos presos por alas, isolando gangues rivais, é capaz de eliminar esse tipo de ocorrência, dizem as gestões.

Os presos, segundo Paredes, convivem 24 horas. Rixas podem surgir qualquer momento, num ambiente tenso.

"Quando alguém planeja uma morte, ainda mais num ambiente em que se conhece a rotina da vítima, é difícil

evitar", diz o superintendente de segurança penitenciária de Goiás, João Carvalho Coutinho Júnior.

Goiás, que registrou 17 homicídios em 2013, faz inspeções três vezes por semana nos principais presídios do Estado atrás de armas. Encontra cerca de 50 por vez.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 JAN 2014

	Mortes em presídios em 2013	População carcerária	Homicídios por 100 mil habitantes*
MA	60	4.663	21,7
CE	32	19.392	40,6
SP	22	210.677	11,5
AM	20	8.000	28,2
GO	17	17.000	21,1
PE	10	29.704	34,3
MG	9	47.000	19,8
PR	7	18.042	29,6
RJ	7	33.900	23,5
TO	7	2.854	20,9
PI	6	2.927	15,2
PA	5	11.431	39
AC	3	4.379	68,5
PB	3	9.000	38,7
AP	2	2.462	9,9
ES	2	15.187	27,5
RR	2	1.586	13,2
SE	2	4.357	38
RN	1	6.500	29,2
SC	1	17.200	11,3
DF	0	12.365	29,7
MS	0	12.000	14,9
MT	0	10.613	29,9
RS	0	28.036	18,4
AL	**	4.153	64,5
BA	**	10.251	38,5
RO	**	7.600	25,2

Maranhão entre os Estados

2ª pior mortalidade infantil

2ª pior esperança de vida ao nascer

2º pior IDH-M, índice usado para apontar o desenvolvimento local

39% da população é considerada pobre pelo Pnud***

New York Times (EUA)

The New York Times

Brasiliin State in Spotlight After Gruesome Prison Video

“Estado brasileiro em xeque após vídeo horrendo de prisão”

La Repubblica (Itália)

Rai

Brasile, il dramma della prigione violenta: in un video-shock tre detenuti decapitati

“Brasil, o drama da violência nas prisões: três prisioneiros decapitados em vídeo chocante”

Clarín (Argentina)

MUNDO

Decapitan a presos durante un motin en una cárcel de Brasil

“Presos decapitados durante motim em presídio brasileiro”

CONTINUA

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Para Pedrinhas só volto morto', diz foragido após passar Natal em casa

JULIANA COISSI
MARLENE BERGAMO
ENVIADAS ESPECIAIS A SÃO LUÍS (MA)

"Eu dou um tiro na cabeça, te juro, se eu tiver que me entregar. Para Pedrinhas só volto se for morto".

Ao conversar ontem com a **Folha**, por telefone, o tom da voz de Carlos Neto, 27, era ao mesmo tempo de ameaça e de súplica. Ele teme pela própria vida.

Condenado por assalto, Neto é um dos 60 presos do Maranhão que ganharam o direito à saída temporária de Natal, mas não voltaram ao complexo de Pedrinhas e outros presídios. No fim do ano, 309 receberam o benefício.

Ainda assustado, ele deixou Pedrinhas em 23 de dezembro, uma semana após a unidade protagonizar mais uma barbárie: quatro presos foram mortos em rebelião, sendo três decapitados. Já são 62 mortes no complexo desde o início do ano passado.

Neto, no entanto, acabou voltando ontem mesmo para Pedrinhas. Como prometeu, não se entregou. Foi preso pela polícia no início da noite.

A superlotação, que acen-

tua a rixa entre facções que dominam Pedrinhas, ocorre também em outros presídios. A **Folha** visitou um deles, em São Luís. São cerca de 200 homens, o dobro da capacidade.

Ao passar pelos corredores, a sensação é a de uma bomba prestes a explodir. Pedro (os nomes são fictícios) e os colegas mostram o espaço onde vivem: 13 dividem uma área onde caberiam quatro.

Em seguida, demonstram o malabarismo para dormir. Deitam-se rentes aos outros no chão, sem nenhum forro. Dois dormem embaixo da base de concreto que serve de cama. Estas, com colchões, são divididas por dois presos em cada uma delas.

GALINHA CRUA

Depois da superlotação, a comida é, de longe, a principal queixa dos presos. Só há arroz e galinha. Pior: crua.

Daniel aponta para o chão e mostra uma chapa que funciona como fogão. "A gente precisa terminar de cozinhar pra conseguir comer", diz.

"Aqui é um caldeirão do inferno. Mas não quero voltar pra Pedrinhas nunca mais. Ali, só Jesus", diz um detento.

ONU quer apuração imediata de mortes em presídio do MA

A ONU (Organização das Nações Unidas) pediu ontem a "investigação imediata, imparcial e efetiva" das recentes cenas de violência e decapitação registradas no presídio de Pedrinhas (MA).

Questionado sobre o vídeo revelado anteontem pela **Folha**, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos disse, em nota, "lamentar mais uma vez" o que classifica de "terrível estado" das prisões brasileiras.

Instância máxima das Nações Unidas no combate à violação dos direitos humanos, o órgão sediado em Genebra (Suíça) pede ainda às autoridades que tomem "medidas imediatas" para restaurar a ordem em Pedrinhas e em outras prisões pelo país. Pede também ações para a redução da superlotação e oferta de "condições dignas" para os presos.

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

A crônica das decapitações anunciadas

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Estamos horrorizados pela barbaridade da temporada de decapitações no Maranhão. Mas o horror durará só alguns dias, até a próxima decapitação

Os Estados da federação brasileira, depois do fim das detenções arbitrárias na ditadura militar e do retorno à democracia, banalizaram a pena de reclusão.

Com cerca de 500 mil presos, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, atrás em número apenas dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,6 milhão) e da Rússia (740 mil).

Hoje, no mundo, a maioria das vítimas de detenções arbitrárias é composta por presos comuns que passam muitos anos atrás das grades, muitas vezes pela simples razão que a administração da Justiça em seu país não funciona.

Em novembro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou que, do total de casos que havia revisado até então, um em cada cinco presos provisoriamente estava irregularmente encarcerado, o que sugere que o problema já fosse extremamente sério em todo o país.

Há mais de 9 milhões de prisioneiros comuns no mundo. Grande parte é mantida em condições que correspondem a tratamento desumano ou degradante, o que constitui uma violação de vários direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais, assegurados por tratados internacionais que o Brasil ratificou.

Em muitos países, como no nosso, e não apenas no hemisfério Sul, as prisões estão superlotadas, sujas, infectadas por doenças contagiosas. Faltam as instalações mínimas necessárias para satisfazer uma existência digna, a qual o Estado democrático é obrigado a garantir.

Todo esse diagnóstico corresponde em detalhes ao "Mutirão Carcerário, Raio-X do Sistema Penitenciário Brasileiro", realizado pelo CNJ, na gestão de Cezar Peluso.

Certamente, o Estado do Maranhão não ganha o prêmio da originalidade, mas o que está sucedendo hoje já havia sido prenunciado.

A penitenciária de São Luís foi palco da maior rebelião em 2010, que durou 30 horas e teve 18 mortes. "Com a concentração dos estabelecimentos penais em São Luís, a rixa entre presos da capital e do interior é característica do sistema prisional maranhense, resultando em um ambiente de horror regado a crimes bárbaros", diagnosticou o CNJ.

Em fevereiro de 2011, a cena de barbárie se repetiu na delegacia regional de Pinheiro, a pouco mais de 300 quilômetros da capital, em que seis presos foram assassinados, sendo que quatro tiveram suas cabeças decepadas e penduradas nas grades. Um olho humano foi jogado para fora da cela como pressão para as autoridades "negociarem".

Não há nenhuma dúvida de que o Executivo maranhense, por sua omissão, tem enorme responsabilidade por esses crimes cometidos por presos sob custódia do Estado.

Mas é inegável, como aliás aponta Janio de Freitas na coluna "Sentença dupla" ("Poder", 7/1), haver uma responsabilidade primária, subsidiária, compartilhada das autoridades diretamente responsáveis pelo sistema de Justiça, como o juízes, os promotores de Justiça, desembargadores e procuradores do Ministério Público Federal no Estado.

A situação denunciada em 2012 foi se agravando diante dos narizes de todas essas autoridades, que deveriam ser responsabilizadas pelas famílias dos presos assassinados, esfolados, decapitados.

As condições do cumprimento de pena em termos de segurança são políticas suicidas pois, em vez de transformarem os condenados em cidadãos, alimentam a brutalidade.

A maioria das prisões no Brasil é um atentado à dignidade humana.

Meio século depois do golpe de Estado de 1964 e 25 anos depois do retorno à constitucionalidade democrática, não há mais como adiar o enfrentamento desse legado autoritário. Mas, como dizia meu colega hoje psicanalista Roberto Gambini, tudo no Brasil já era rápido de mais.

Todos estamos horrorizados pelas barbaridades da temporada de decapitações no Maranhão, que aliás ocorrem e ocorreram, sob configurações diferentes, em todas as prisões do Brasil sob todos os governos. Mas o horror durará apenas alguns dias, até a próxima decapitação.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 70, é presidente da comissão internacional da ONU de investigação sobre a Síria. Foi secretário de Estado de Direitos Humanos (governo FHC)

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Intercâmbio criminoso

SÃO PAULO - O infernal presídio maranhense, onde presos foram decapitados por “colegas” e suas cabeças viraram personagens de um documentário macabro, é dominado por duas facções criminosas criadas na esteira de uma desastrosa política que promoveu, e ainda promove, a migração de bandidos perigosos pelo país.

No final dos anos 90, época em que ainda negava publicamente a existência do PCC (Primeiro Comando da Capital), chamando-o de “ficção” e de “bobagem”, o governo de São Paulo começou a transferir discretamente seus chefes para outros Estados, imaginando que conseguiria, assim, desarticulá-los.

Na prática, o efeito foi espalhar a semente da organização criminosa por diversos lugares do país. Tanto que a quadrilha, que nasceu na Casa de Custódia de Taubaté, no interior paulista, em 1993, possui atualmente ramificações ou parceiros em pelo menos outros 15 Estados.

Foi justamente num desses inter-

câmbios em penitenciárias de outras regiões do Brasil que detentos oriundos do Maranhão conheceram integrantes do PCC e aprenderam a sua “tecnologia”. Ao retornarem para São Luís, tempos depois, criaram uma facção própria, o PCM (Primeiro Comando do Maranhão), com estatuto, cobrança de mensalidade e a mesma ferocidade do bando paulista. A outra quadrilha que atua no Maranhão, o “Bonde dos 40”, surgiu como uma reação ao PCM, mas é considerada ainda mais violenta.

O resultado é de domínio público: 62 mortes e algumas cabeças cortadas desde janeiro de 2013 na penitenciária, quatro ônibus e duas delegacias atacadas e uma garotinha de seis anos assassinada com 95% do seu corpo incendiado.

Como se tudo isso não bastasse, o Maranhão, com apoio do governo federal, resolveu adotar a providência de sempre para tentar retomar o controle do complexo prisional: vai transferir detentos para outros Estados. Novas cabeças vão rolar.

ELIANE CANTANHÊDE

Maranhão é Brasil

BRASÍLIA - Morreu um, morreram dois, morreram 15, morreram 30, morreram 50. Muitos sob tortura. Mas ninguém viu, ninguém ouviu, ninguém sabia de nada, nem no Maranhão nem fora do Estado.

Se morressem cinco no Rio ou em São Paulo, uns dez em Minas ou no Rio Grande do Sul, uns 15 na Bahia ou em Pernambuco, talvez tivéssemos todos acordado muito antes.

Mas, no Maranhão, só depois de 60 mortes em 2013 e do relatório do Conselho Nacional de Justiça o país se levanta contra a tragédia de dor e sangue que vem ocorrendo sob as barbas de todos e desde sempre.

É como se ali fosse assim mesmo, não tem jeito. Já é a pior renda per capita do país, o segundo pior IDH estadual, nem saneamento tem, nada vai mudar... Então, deixa pra lá.

Agora, porém, prevalece a máxima de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” e é impossível ficar indiferente diante do vídeo macabro divulgado pela **Folha**. A Justiça, a imprensa, o mundo político e

os cidadãos de Norte a Sul escandalizaram-se e berraram, enfim.

Até a ONU ouviu e já exige investigação sobre a barbárie, que acende a luz vermelha em ONGs e órgãos de direitos humanos pelo mundo afora, enquanto a Procuradoria-Geral da República discute o que fazer.

O governo estadual e o governo federal, porém, parecem menos chocados com cenas de cabeças rolando entre corpos dilacerados e mais ocupados com os seus cálculos políticos.

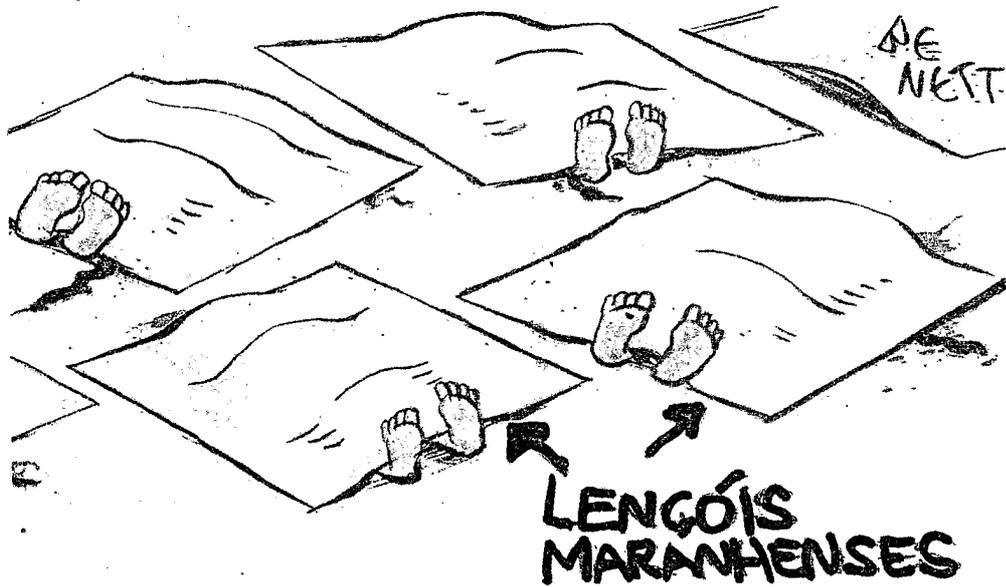
O governo Roseana insiste em acusar até mesmo relatório oficial de difundir “inverdades”. O governo Dilma para, ouve, não toma partido. Ou melhor, para, ouve e, de certa forma, ao calar, toma partido de dois poderosos aliados: o PMDB e o clã Samey.

A exceção foi a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, traduzindo o horror nacional e cobrando a responsabilidade do governo estadual. Uma voz isolada num momento que exige uma grita geral.

Pedrinhas é Maranhão, Maranhão é Brasil e indignação move o mundo.

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO



09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ações de Barbosa criam mal-estar no STF

Ministros apontam falta de critério objetivo nas decisões sobre prisões dos condenados, última etapa do mensalão

**Processo do petista
João Paulo Cunha foi
encerrado na segunda,
mas ele ainda não sabe
quando será preso**

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

A decisão do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, de sair de férias sem assinar o mandado de prisão contra o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) gerou mal-estar entre alguns ministros da corte, que criticaram a falta de um critério objetivo na execução da última etapa do mensalão.

A **Folha** ouviu 3 dos 11 ministros, que reclamaram de três pontos da atuação de Barbosa nas prisões:

1. Nem todos os sentenciados tiveram seus mandados de prisão expedidos no mesmo dia em que seus processos foram encerrados, como ocorreu com a primeira leva dos detidos do mensalão;

2. somente um dos dois condenados com problema de saúde já está cumprindo

pena. José Genoio está em prisão domiciliar, enquanto o delator do caso, Roberto Jefferson, segue solto no Rio; e

3. o envio a Brasília dos primeiros presos do processo, e posterior permissão para que um deles (Rogério Tolentino) se entregasse e ficasse em seu Estado (Minas Gerais).

Desde o início das prisões, não há parâmetro aparente para saber quando um mandado será expedido contra os condenados. Há sentenciados que foram detidos no mesmo dia que Barbosa encerrou seus processos.

Outros, após o fim da tramitação no STF, esperaram um, dois ou três dias até terem as prisões decretadas.

João Paulo, que viu seu processo chegar ao fim na segunda-feira e chegou a se preparar para ir à prisão na terça, segue sem saber quando terá seu mandado expedido.

Também não se sabe se ele será assinado pela ministra Cármen Lúcia, que está no lugar de Barbosa durante o recesso, ou pelo próprio presidente, em fevereiro, quando a corte retomar o trabalho.

Um dos ministros ouvidos pela **Folha** disse que o mensalão é um processo delicado, por isso, qualquer ação que crie confusão ou turbulência no caso é prejudicial.

Outro reclamou que as incertezas de procedimento geram desconforto psicológico desnecessário aos presos.

Um terceiro ministro, por sua vez, fez críticas duras a Barbosa. Para ele, que como os colegas pediu anonimato, apenas a exposição midiática do caso justifica a demora para a expedição de mandados de prisão.

A defesa de João Paulo criticou a situação a que seu cliente é submetido. De acordo com o advogado Alberto Toron, essa indefinição cria uma situação "desumana".

Na opinião do advogado, Carmen Lúcia só pode dar decisões em casos urgentes, e não poderia expedir um mandado de prisão em um processo que não relatou. Ministros ouvidos pela **Folha**, no entanto, acreditam que tanto ela quanto o próprio Barbosa poderiam assinar o termo. Mas consideraram pequena a chance de a interina dar decisões no processo.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 JAN 2014

PESOS E MEDIDAS

Presidente do STF adotou critérios diferentes em decisões sobre a prisão de condenados



- Fim do processo**

● **11 condenados**, incluindo os petistas José Dirceu e José Genoino, tiveram seus mandados de prisão expedidos no mesmo dia


- 1 dia depois**

● **4 condenados** tiveram seus mandados de prisão expedidos um dia depois, entre eles o ex-deputado Pedro Henry (PP)


- 3 dias depois**

● **3 condenados**, entre eles os ex-deputados Pedro Corrêa (PP) e Carlos Rodrigues (PL, atual PR), tiveram seus mandados expedidos 3 dias depois



Esse é o ponto em que está o petista João Paulo Cunha, que ainda não teve o mandado expedido
- Ainda indefinido**

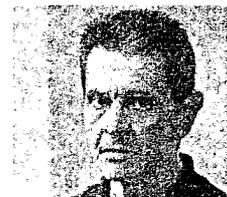
● **1 condenado**, Roberto Jefferson teve seu processo concluído em 14.nov, mas até agora não teve o mandado de prisão expedido

CONDENADOS COM PROBLEMAS DE SAÚDE

Sergio Lima/Folhapress



José Genoino



Roberto Jefferson

Problema de saúde

Com problemas cardíacos, sofreu cirurgia em jul.2013. Após ser preso e enviado a Brasília, acabou hospitalizado

Retirou câncer do pâncreas em 2012. Segundo os médicos, está curado, mas sua defesa diz que precisa de cuidados especiais

Parecer da Procuradoria

Recomendou, em 2.nov, prisão domiciliar por 90 dias

Sugeriu, em 19.nov, a prisão do condenado

Decisão de Barbosa

Autorizou a prisão domiciliar, por 90 dias

Não decidiu ainda

CONTINUA

DESTINO DOS PRESOS

Enquanto os presos que estavam em outros Estados foram levados a Brasília, Rogério Tolentino, ex-advogado de Marcos Valério, foi autorizado por Barbosa a se entregar e



FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sobre prazos, STF
afirma que 'cada
caso é um caso'

09 JAN 2014

A assessoria de imprensa do STF (Supremo Tribunal Federal) informou à **Folha** que não comenta afirmações dadas por ministros da corte sobre o mensalão na condição de anonimato.

Em relação à diferença de prazos entre o encerramento dos processos e a expedição de mandados de prisão, a corte informou que "cada caso é um caso".

Por isso, demandariam análises individuais feitas por técnicos do Supremo, com posterior revisão dos documentos por parte dos ministros. O processo, ainda de acordo com a assessoria, impede a existência de um tempo padrão para a produção dos mandados.

Sobre o caso de Rogério Tolentino, que atuou como advogado do operador do esquema, Marcos Valério, e obteve o direito de se apresentar em Belo Horizonte (MG) ao invés de Brasília, como aconteceu com parte dos presos do mensalão, a assessoria informou que ele havia feito o pedido para permanecer em seu Estado no dia 4 de novembro, antes mesmo da expedição de seu mandado de prisão.

Por fim, a assessoria de imprensa do Supremo destacou que o delator do esquema, Roberto Jefferson, revelou seu quadro de saúde e a realização de uma cirurgia para a retirada de um tumor no pâncreas no último recurso enviado à corte.

Mas, como a definição de seu pedido de prisão domiciliar ainda está pendente de uma decisão do presidente do STF, Joaquim Barbosa, não poderia dar mais detalhes sobre o caso.

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mensalão executado

Apenas detalhes burocráticos atrasam prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP); maioria dos condenados já cumpre suas penas

Detalhes burocráticos atrasaram a prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), mas isso não muda o fato de que, ao menos em relação a dois crimes, o processo do mensalão terminou para ele.

Na segunda-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, rejeitou dois recursos apresentados pelos advogados do parlamentar e sacramentou sua condenação por corrupção e peculato (desvio de dinheiro público).

Por enquanto, o petista cumprirá pena de seis anos e quatro meses em regime semiaberto (no qual é possível trabalhar fora da prisão durante o dia). A esse prazo, contudo, podem ser acrescidos outros três anos, se o STF mantiver sua sentença relativa à lavagem de dinheiro. Nesse caso, João Paulo terá de migrar para o regime fechado.

Em qualquer hipótese, não deixa de ser notável que o Supremo já tenha determinado a execução das penas de 19 dos 25 condenados do mensalão—incluindo o ex-ministro José Dirceu, além de Delúbio Soares e Marcos Valério Fernandes de Souza.

Entre os demais, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), delator do esquema, aguarda deliberação sobre seu estado de saúde; três réus receberam sanções al-

ternativas; e só duas figuras menos importantes mantêm plenas esperanças, pois a única condenação, por lavagem de dinheiro, ainda não foi finalizada.

Vê-se que a deliberação do STF em setembro passado, pelo acolhimento dos chamados embargos infringentes (recurso cabível contra decisões apertadas), não se confundiu, afinal, com a prolação perpétua das sentenças.

Fora da esfera propriamente penal, o julgamento também produziu efeitos. Três deputados condenados quando ainda exerciam o mandato—José Genoíno (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT)—renunciaram a seus cargos parlamentares.

João Paulo Cunha, que já presidiu a Câmara, tem dito que não seguirá esse caminho. Imagina contar com o corporativismo da Casa para preservar seu mandato. Segundo consta, gostaria até de fazer da atividade parlamentar seu trabalho fora da prisão, durante o dia.

Seria um escárnio, não de todo impensável meses atrás. Agora, no entanto, a desfaçatez de João Paulo, se ele insistir nessa batalha infame, não deve prosperar. Com a recente extinção do voto secreto no Congresso, a pressão da opinião pública ganhou força.

Não por acaso, alguns aliados de João Paulo Cunha defendem a renúncia. O Judiciário está cumprindo o seu dever no enfrentamento da corrupção, e a população não aceitará que o Legislativo deixe de fazer o mesmo.

09 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF deve dividir investigação sobre conluio

Ministro Marco Aurélio
indica que encaminhará às instâncias
inferiores parte do inquérito sobre cartel de trens

**Apuração que envolve
secretários do governo
Alckmin, que têm foro
privilegiado, tende a
ficar no Supremo**

DE BRASÍLIA

O inquérito da Siemens que investiga a existência de um cartel que atuava no Metrô de São Paulo e na CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e envolve membros do PSDB deverá ser desmembrado para que fiquem no Supremo Tribunal Federal só os investigados com foro privilegiado.

O processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República assim que chegou no gabinete do ministro Marco Aurélio Mello, mas o ministro tem como procedimento sempre enviar para as instâncias inferiores os investigados sem foro e deve fazer o mesmo com o inquérito 3.815.

A decisão, contudo, só se-

rá formalizada quando o processo voltar da Procuradoria, com o parecer sobre se há ou não indícios mínimos de envolvimento dos investigados com foro privilegiado.

Só após o parecer da Procuradoria é que Marco Aurélio decidirá se prossegue com as investigações em relação aos citados com foro privilegiado, ou se arquiva. Não há prazo para o Ministério Público devolver o processo.

Um dos planos do ministro é derrubar o sigilo do processo e, caso haja documentos sob segredo, separá-los —se decidir pelo prosseguimento do inquérito. A decisão de desmembrar o inquérito difere do caso do mensalão, que resultou na condenação e prisão de membros do PT. Marco Aurélio defendia o desmembramento daquele processo, mas foi voto vencido.

FORO

O foro privilegiado no STF é garantido a ministros e congressistas. Na prática, os pro-

cessos podem ter soluções mais rápidas, uma vez que diversas etapas nas instâncias inferiores são suprimidas.

O inquérito relativo à Siemens foi enviado ao STF devido a um depoimento sigiloso prestado à Justiça de São Paulo pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer.

Nele Rheinheimer citou autoridades com foro privilegiado —entre eles Edson Aparecido (PSDB), chefe da Casa Civil de Geraldo Alckmin (PSDB); seu colega Rodrigo Garcia (DEM), secretário de Desenvolvimento Econômico; José Aníbal (PSDB), secretário de Energia, todos deputados licenciados, e o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Eles negam as acusações. José Aníbal é citado pelo ex-executivo da Siemens como alguém que tinha estreito relacionamento com Arthur Teixeira, lobista indiciado pela Polícia Federal sob suspeita de repassar recursos da Siemens e Alstom para políticos. (FELIPE COUTINHO)

09 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Tabela de custas

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná divulgou nesta semana, em sua página na internet, as tabelas do regimento de custas, já com os valores reajustados a partir do dia 1º de janeiro. Conforme projeto aprovado no dia 18 de dezembro na Assembleia Legislativa (AL) do Estado, o módulo unitário passou de R\$ 0,141 para R\$ 0,157, o que representou aumento de 11,45%.

Longo debate

Quando enviada pela primeira vez à Casa, no final de 2012, a proposta chegou a gerar polêmica, já que em alguns casos os reajustes ultrapassavam 200%. Em 2013, porém, após uma série de reuniões entre parlamentares e membros do Órgão Especial do TJ, chegou-se a um denominador comum.

Valores altos

Dos 49 membros da AL presentes à votação, somente o deputado estadual Alceu Maron Filho (PS-DB) foi contrário ao texto, por considerar que "os altos custos" cobrados pelos cartórios inviabilizam o acesso dos cidadãos à Justiça. Já o TJ justificou que a matéria repôs as perdas inflacionárias dos últimos dois anos, período em que não houve alteração dos índices.

09 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Após biometria, mais de 5 mil procuram Fórum Eleitoral

Edson Ferreira

Reportagem Local

Depois da intensa movimentação do ano passado, com o cadastramento biométrico obrigatório, o Fórum Eleitoral de Londrina começa o ano num ritmo bem mais tranquilo. Sem enfrentar filas, eleitores que perderam o prazo estipulado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná para o recadastramento, encerrado no começo de setembro de 2013, estão aproveitando para regularizar o título. Segundo dados dos cartórios eleitorais da cidade, 5,2 mil pessoas procuraram atendimento nos últimos quatro meses.

O juiz eleitoral

Ademir Ribeiro Richter explicou que a menor parte desse grupo que passou pelo Fórum é de eleitores que tiveram o documento cancelado. "Destes 5 mil, muitos são eleitores que fizeram a transferência para Londrina e jovens que fizeram o alistamento, o primeiro título. Apenas cerca de 1,5 mil são os eleitores que não vieram no recadastramento do ano passado." Conforme o balanço da Justiça Eleitoral, ao final do cadastramento biométrico, houve o cancelamento de 60,5 mil títulos, deixando Londrina com 314 mil eleitores – soma daqueles que passa-

ram pela biometria com os novos eleitores que se mudaram para a cidade ou fizeram o documento pela primeira vez. Richter informou que a multa de R\$ 3,51 somente está sendo cobrada dos eleitores que não votaram e não justificaram nas três últimas eleições.

Para votar nas eleições gerais deste ano, em outubro, os eleitores têm até o dia 7 de maio para regularizar a documentação. Ontem, os cinco guichês em funcionamento no Fórum davam conta da baixa demanda. Mesmo não sendo mais obrigada a votar, a apo-

sentada Terezinha de Oliveira Machado, de 74 anos, destacou o interesse por manter os documentos em dia. "Estava

em viagem e quando cheguei vi pela imprensa que estavam atendendo e aproveitei para regularizar a documentação. É importante manter os documentos em ordem." O comerciante Oseires Cavaletti aproveitou a passagem pela cidade para fazer a revisão. "Não fiz no ano passado porque moro nos Estados Unidos (EUA) há sete anos e agora estou aproveitando para regularizar o título." Apesar da biometria, ele não deve votar na cidade, pois pretende voltar aos EUA.

Para a aposentada Suely Padilha de Oliveira, a ida ao

Fórum Eleitoral foi apenas o início de uma série de visitas a órgãos oficiais para fazer a documentação. "Eu fiz a biometria, mas tive a bolsa roubada no ônibus e levaram tudo. Preciso do título para tirar outros documentos." Também em busca da segunda via estava o estudante Deivid Celestino. "Perdi o título novo e como é ano eleitoral resolvi vir agora, porque está bem tranquilo." Apesar da tranquilidade, o juiz Ademir Richter prevê novas filas nos próximos meses, "quando boa parte dos 60 mil eleitores que tiveram o título cancelado deve procurar atendimento".

**Para próximo pleito,
regularização
deve ser feita
até 7 de maio**

09 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Número de investigações contra juízes dobrou em 2013

Segundo o Conselho Nacional de Justiça,
foram instaurados 24 processos no ano passado

Um balanço das atividades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que, em 2013, o número de processos abertos para investigar magistrados dobrou em relação a 2012. Segundo o CNJ, 24 processos foram instaurados no ano passado. No ano anterior, 11 ações investigaram a conduta funcional de juízes.

De acordo com o levantamento, dos 24 processos disciplinares, dez resultaram no afastamento de 13 magistrados. Por não se tratar de um tribunal, a punição administrativa máxima que o conselho pode aplicar é a aposentadoria compulsória, com o pagamento do salário. Um juiz acusado de irregularidades só perde o cargo após o julgamento da ação pela Justiça comum.

Desde a criação do CNJ, em 2005, 64 magistrados foram afastados das funções, 44 foram aposentados compulsoriamente e 11 receberam censura devido aos atos praticados.

Entre as decisões tomadas em 2013, o Conselho Nacional de Justiça afastou do cargo o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Mario Hirs, e a desembargadora Telma Laura Silva Britto. Eles são acusados de pagamento indevido de R\$ 448 milhões em precatórios, títulos da dívida pública reconhecidos por decisão judicial definitiva.

O conselho também aposentou o desembargador do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Bernardino Lima Luz. Segundo os conselheiros, o desembargador usou o cargo para obter vantagem pessoal. A decisão foi unânime. A aposentadoria compulsória foi com vencimentos proporcionais.

09 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Número de processos administrativos disciplinares abertos dobra em 2013

O número de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra juízes e desembargadores mais que dobrou em 2013. É o que mostra o balanço da movimentação processual do órgão ao longo do ano passado. De acordo com o levantamento, ao todo foram abertos 24 procedimentos para apurar suspeitas de desvios funcionais. Em 2012, a quantidade de ações registradas somou 11.

Segundo o balanço das atividades do Conselho, dos 24 processos autuados e distribuídos neste ano, 10 deles resultaram no afastamento cautelar de 13 magistrados investigados. É o caso do PAD instaurado na 175ª Sessão Ordinária, realizada no dia 23 de setembro, para apurar indícios de irregularidades no processo de adoção de cinco irmãos da cidade de Monte Santo, na Bahia. Na ocasião, o Plenário seguiu o voto do corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e decidiu pelo afastamento cautelar do juiz Vítor Manuel Sabino Xavier Bizzerra, por ter atuado em desacordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e com o Código de Ética da Magistratura. Ele proferiu decisões sem a citação ou intimação dos pais biológicos e sem a participação do Ministério Público.

Outro PAD aberto em 2013 foi

contra os desembargadores Mário Alberto Simões Hirs e Telma Laura Silva Britto, presidente e ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Eles foram afastados dos cargos em razão de suspeitas de irregularidades na gestão do setor de precatórios da corte. Os indícios apontam que fraudes teriam gerado um prejuízo acima de R\$ 400 milhões.

A decisão foi proferida na 178ª Sessão Ordinária, realizada no dia 5 de novembro. Na sessão seguinte, que ocorreu no dia 12 de novembro do ano passado, o Plenário abriu outro processo administrativo disciplinar contra os dois. Desta vez, por omissões na administração da corte baiana.

O levantamento da movimentação processual mostra que, desde que fora instalado em 2005, o CNJ aplicou 67 penalidades que atingiram 64 magistrados (sendo dois deles em mais de um processo). No período, o órgão de fiscalização e planejamento do Judiciário aplicou 44 aposentadorias compulsórias, 11 censuras, seis disponibilidades, quatro remoções compulsórias e duas advertências. Do total, 19 punições foram aplicadas neste ano. Doze delas foram aposentadorias compulsórias, quatro censuras, uma advertência, uma remoção compulsória e uma disponibilidade.

09 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro do STF suspende corte de salário acima do teto na Câmara

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender o corte de salário de um servidor da Câmara dos Deputados que ganha acima do teto constitucional, de R\$ 29.462,25, valor máximo pago aos servidores públicos. Na decisão, assinada em dezembro do ano passado, o ministro entendeu que Câmara não intimou o funcionário sobre a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou o corte dos salários.

Na decisão, Marco Aurélio entendeu que Câmara dos Deputados deveria ter intimado o analista legislativo para que ele pudesse apresentar defesa no processo administrativo ins-

taurado para cumprir a decisão do TCU. "Segundo esclarece o impetrante e corroboram as provas trazidas ao processo, a Câmara dos Deputados, em nenhum momento, intimou os servidores que podem sofrer as consequências do cumprimento da decisão do TCU a apresentarem defesa no requerido procedimento interno, de modo a estabelecer o contraditório necessário na via administrativa", diz o ministro.

O mandado de segurança foi impetrado no STF em novembro de 2013, por um servidor que ganha R\$ 34 mil e ocupa cargo de analista legislativo e função comissionada.

Barbosa entra em férias sem expedir mandado de prisão de João Paulo Cunha

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, entrou em férias nesta terça-feira (7), mas não expediu o mandado de prisão do deputado federal e ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP). Segundo a assessoria do tribunal, o documento ainda não foi enviado à Polícia Federal (PF) porque a Secretaria Judiciária do Supremo não conseguiu concluir toda a documentação necessária. Cunha aguarda a expedição do mandado para se apresentar à PF.

De acordo com a assessoria de imprensa do STF, não deu tempo de concluir a documentação, que precisa ser enviada à Câmara dos Deputados, para dar início ao processo de cassa-

ção do mandato, ao juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal e à Polícia Federal. Além do mandado de prisão, a Corte precisa enviar uma carta-sentença para comunicar aos órgãos as penas e os crimes pelos quais Cunha foi condenado.

Barbosa entrou em férias hoje. Como o Supremo está em recesso até o início de fevereiro, a presidência da Corte será exercida interinamente pela ministra Cármen Lúcia até o dia 19 de janeiro. Após a data, o ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente do STF, assumirá o plantão do Supremo.

Com as férias de Barbosa, Cármen e Lewandowski poderão expedir o mandato.

Mais de um milhão de ações tramitam no PJe

A Justiça brasileira encerrou o ano de 2013 com mais de um milhão de ações tramitando no sistema do processo judicial eletrônico, o PJe, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais. A Justiça do Trabalho foi a que mais avançou na utilização do PJe, com mais de 900 mil processos distribuídos pelo sistema eletrônico. Na Justiça estadual, foram mais de 120 mil ações.

"O PJe vem se consolidando como uma ferramenta segura para a otimização e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional", afirmou o conselheiro Saulo José Casali Bahia, presidente da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ.

A Justiça do Trabalho já implantou o processo judicial eletrônico (PJe) em mais de 900 varas, distribuídas por todos os tribunais regionais. O TRT da 1ª Região, por exemplo, implantou o sistema em mais de 100 de suas varas.

Na Justiça estadual, sete tribunais já começaram a trabalhar com o PJe: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Roraima. Na Justiça Federal, o Tribunal da 5ª Região utiliza o sistema em 83 de suas 117 varas, e já foi decidido pelo Conselho da Justiça Federal que os TRFs devem apresentar plano de adequação para a adoção efetiva do PJe.

09 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministros do STF começam ano com aumento de R\$ 1,4 mil

Os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram o ano com aumento de aproximadamente R\$ 1,4 mil nos salários. De acordo com uma portaria publicada na última sexta-feira (3) no Diário da Justiça, desde o dia 1º de janeiro, o salário dos ministros passou de R\$ 28.059,29 para R\$ 29.462,25, um reajuste de cerca de 4,9%.

O aumento provocou efeito cascata nos subsídios dos demais membros da magistratura, como juízes e desembargadores dos tribunais federais e estaduais. O salário dos ministros do STF é o teto constitucional, valor máximo pago aos servidores públicos, e serve de

parâmetro para o cálculo dos vencimentos dos demais magistrados do país.

O aumento está previsto na Lei nº 12.771, de 28 de dezembro de 2012, que definiu o valor dos vencimentos dos ministros até 2015, quando os membros do STF terão um novo reajuste. A partir de 1º de janeiro do ano que vem, o salário será R\$ 30.935,36. Conforme a norma, a partir de 2016, os salários serão fixados pelo próprio STF, por meio de projeto de lei, com base na previsão orçamentária, e em comparação com os ganhos dos demais servidores públicos.

De acordo com a folha de paga-

mento disponibilizada pelo STF, o salário líquido de um ministro da Corte, com descontos de imposto de renda e outras deduções legais, varia entre R\$ 18 mil e R\$ 20 mil.

Em dezembro, com o pagamento de férias aos ministros, o valor líquido ficou entre R\$ 23 mil e R\$ 28 mil. No mês passado, por exemplo, o presidente da Corte, Joaquim Barbosa, recebeu R\$ 40.498,91 de salário bruto, mas ficou com R\$ 26.298,24. O ministro Celso de Mello, membro mais antigo da Corte, recebeu R\$ 40.498,91, mas, com os descontos, recebeu R\$ 23.363,75. Luís Roberto Barroso, ministro mai

TRF4 julgou mais de 114 mil processos em 2013

Em 2013, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou 114.425 processos. Esse número total é composto de decisões terminativas (20.904), aquelas que não vão a julgamento nas turmas por já estarem com jurisprudência consolidada nas cortes superiores e são decididas pelo desembargador relator apenas, e os acórdãos (89.907), processos julgados pelas turmas do tribunal.

Os números de 2013 ultrapassaram em 21.558 o número de processos julgados no ano anterior, que foi de 92.867, o que significa um aumento de 23% nos julgamentos da corte.

09 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Defensoria Pública do Paraná atenderá em novo endereço

A Defensoria Pública do Paraná atenderá o público em novo endereço, em Curitiba, a partir da próxima segunda-feira (13). Quem precisar dos serviços oferecidos deve se dirigir à Alameda Doutor Muricy, esquina com a Rua Cruz Machado (atrás da Secretaria de Estado da Cultura), no Centro. O atendimento está suspenso até esta sexta-feira (10) em função da mudança de prédio.

A Defensoria Pública atende pessoas que não podem pagar um advogado e, em Curitiba, oferece assistência jurídica integral e gratuita nas áreas Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal e Execução Penal a todos os cidadãos que possuam renda de até três sa-

lários mínimos por família.

Para o primeiro atendimento, a instituição funciona de segunda a quinta-feira, das 8h às 17h. Na sexta-feira é feito o acompanhamento de processos. Para ser atendido, o cidadão deve levar os seguintes documentos: Original e cópia da carteira de identidade (RG); Original e cópia do CPF; Original e cópia do comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone com CEP atualizado) ; Original e cópia do comprovante de renda atualizado de todos os membros da família (contracheque, holerite, comprovante de aposentadoria, pensão, benefício); Endereço, dados pessoais e contato da parte contrária.

09 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Maranhão dobra gasto com prisão terceirizada

Representante de uma das empresas que mais receberam verba é sócio de Jorge Murad, marido da governadora, em outro negócio

Marcelo Gomes / RIO

O gasto do governo Roseana Sarney (PMDB) com as duas principais fornecedoras de mão de obra para os presídios do Maranhão chegou a R\$ 74 milhões em 2013, um aumento de 136% em relação a 2011. Uma das empresas que mais receberam verba, a Atlântica Segurança Técnica, tem como representante oficial Luiz Carlos Catanhêde Fernandes, sócio de Jorge Murad, marido da governadora, em outra empresa, a Pousada dos Lençóis Empreendimentos Turísticos.

Em 2002, antes da eleição presidencial, a Polícia Federal apreendeu R\$ 1,34 milhão em dinheiro vivo na sede da empresa Lunus, de Murad e Roseana. À época, em entrevista à revista *Veja*, Fernandes disse que parte desse dinheiro (R\$ 650 mil) veio de empréstimo da sua empresa Atlântica. A Lunus ficava no mesmo endereço da Lençóis Empreendimentos.

A terceirização nos presídios é apontada pelo sindicato dos agentes penitenciários e pela oposição como uma das causas da barbárie no sistema carcerário do Maranhão.

Responsável por fornecer os guardas que fazem a segurança armada dos presídios, a Atlântica recebeu, em 2013, R\$ 7,6 milhões da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Um ano antes, o valor era exatamente a metade: R\$ 3,8 mi-

● Capacidade 2196

É o número atual de detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, que tem 426 presos a mais do que sua capacidade permite.

lhões. Ano passado, a Atlântica também tinha contratos com outros quatro órgãos estaduais e recebeu no total R\$ 12,9 milhões do governo maranhense.

Já a VTI Tecnologia da Informação, responsável pelos sistemas de câmeras de segurança e pelos monitores que trabalham desarmados nos presídios, recebeu, em 2013, R\$ 66,3 milhões da Sejap, montante 35% superior ao pago pela pasta no ano anterior. No site da Receita Federal consta que a atividade econômica principal da empresa é “consultoria em tecnologia da informação”.

Locação de mão de obra temporária aparece como uma das quatro atividades secundárias. Em 2013, a VTI tinha contratos com outros três órgãos do Maranhão e recebeu no total R\$ 75,8 milhões do Estado.

Desde 2009, primeiro ano da atual administração de Roseana, o gasto total do governo maranhense com essas duas empresas passou de R\$ 10,1 milhões para R\$ 88,7 milhões no ano passado – crescimento de 778%.

Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão (Sindspem), Antonio Portela disse que a terceirização de pessoal começou com a decisão

do governo Jackson Lago (2007-2009) de transformar as carceragens da Polícia Civil em unidades do sistema prisional.

“Como essas carceragens funcionavam em delegacias no interior do Estado, muitos agentes penitenciários que atuavam no Complexo de Pedrinhas, na capital, foram deslocados para essas regiões”, afirmou Portela.

“Enquanto isso, a quantidade de presos foi aumentando. E, em vez de construir novos presídios e fazer concurso para agentes, o governo Roseana preferiu fazer uma ‘privatização branca’, contratando essas empresas terceirizadas.”

Segundo o sindicato, o Maranhão tem 382 agentes penitenciários para uma população carcerária de quase 6 mil presos.

Portela afirmou que a Atlântica fornece guardas armados responsáveis pela segurança dos presídios. Já a VTI é responsável pelos monitores que andam desarmados e desempenham funções como condução de presos para banho de sol, visitas, encontros com advogados e revista em visitantes.

Treinamento. Uma das principais críticas é a falta de treinamento da mão de obra terceirizada que trabalha nos presídios. “Os terceirizados não têm treinamento adequado para lidar com presos. Além disso, são mal remunerados, o que favorece a corrupção. Daí a quantidade de armas, celulares e drogas encontrada no interior das cadeias.

CONTINUA

09 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Um monitor da VTI recebe cerca de R\$ 900 mensais, e um guarda da Atlântica, pouco mais de R\$ 1 mil. Já um agente concursado ganha, em média, R\$ 3,5 mil”, disse o presidente do Sindspem.

O deputado estadual Rubens Júnior (PC do B), líder da oposição na Assembleia Legislativa do Maranhão, disse que quando a Casa retornar do recesso vai solicitar a suspensão dos contratos com a Atlântica e a VTI.

“A desativação das carcera-gens da Polícia Civil foi uma decisão acertada, já que a função dela é investigar crimes, e não custodiar presos. No entanto, presídio não é lugar para terceirizado. O Estado não tem como controlar a capacitação desses funcionários nem de acompanhar seu rendimento.”

Outro lado. Em nota, o governo do Maranhão afirmou que a terceirização da mão de obra no Complexo de Pedrinhas “não tem nenhuma relação com os acontecimentos no presídio”.

A gestão Roseana Sarney disse ainda que “os funcionários contratados de empresas especializadas são parceiros no trabalho dentro dos presídios” e que, “além de receberem capacitação na empresa, também são qualificados em cursos oferecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap)”.

Questionado sobre o motivo do crescimento do valor pago às empresas Atlântica e VTI, o governo respondeu que “o problema do sistema carcerário é nacional e tem sido combatido com uma série de ações pelos governos dos Estados e a União. A manutenção da estrutura requer investimentos efetivos em infraestrutura, mão de obra e qualificação”.

Segundo o comunicado, o orçamento da Sejap para este ano é de R\$ 149 milhões, o que representaria aumento de cerca de 75% frente a 2012.

A administração estadual do Maranhão negou que agentes penitenciários de Pedrinhas tenham sido transferidos para unidades no interior do Estado.

Informou ainda que realizou concurso público para 41 agentes penitenciários em maio de 2013. Disse também que serão investidos R\$ 131 milhões em recursos do próprio Estado para construção de novos presídios e reaparelhamento de todas as unidades, o que vai aumentar em 15% a quantidade de vagas no sistema.

Procuradas ontem pelo Estado por telefone, a Atlântica Segurança Técnica e a VTI Tecnologia da Informação não se manifestaram até o final da noite de ontem.

A reportagem foi informada que Luiz Carlos Catanhêde Fernandes, da Atlântica, estaria em viagem. Nenhum diretor da VTI foi localizado na matriz da empresa, em Fortaleza.

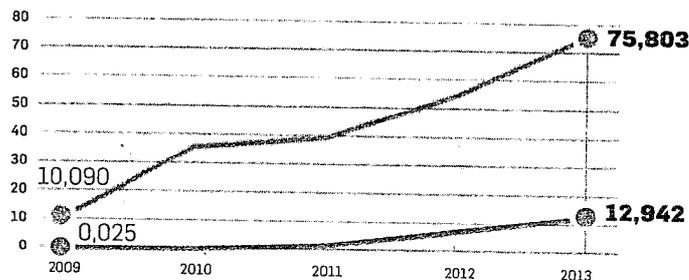
MAIS DINHEIRO

● Valores repassados para as empresas pelo governo do Maranhão

EM MILHÕES DE REAIS

VTI SERV. COM. E SOL. EM TEC. INFORM. LTDA
Presta serviço para a Segurança Pública, Justiça e Administração Penitenciária e Departamento de Trânsito

ATLANTICA SEGURANÇA TÉCNICA LTDA.
Maiores valores vêm das Secretarias da Educação e Justiça e Administração Penitenciária



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONTINUA

09 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em meio a crise, Roseana faz licitação para comprar lagosta

Governo maranhense lança dois editais de R\$ 1,1 mi para a compra de alimentos como camarão e foie gras

A despeito da barbárie na segurança pública do Maranhão, com assassinatos e decapitação de presos e ataques a ônibus em São Luís, o governo Roseana Sarney (PMDB) vai licitar entre hoje e amanhã a compra de alimentos por R\$ 1,1 milhão para abastecer as residências oficiais em 2014. Entre os produtos há lagosta e caranguejo.

São dois editais com 351 itens ao todo. Segundo informações do jornal *Folha de S. Paulo* na lista estão 2,4 toneladas de camarão, 80 quilos de lagosta fresca e 750 quilos de patinhas de caranguejo. Também há previsão para a compra de 50 potes de foie gras e R\$ 108 mil em ração para peixes. Os alimentos vão para as dispensas do Palácio dos Leões, sede oficial do governo, e para a residência de veraneio.

O edital de alimentos não perecíveis exige que os alimentos

devem ser de “primeira qualidade e de marca conhecida nacionalmente”. Estão previstos gastos de R\$ 930 com 30 potes de geleias de pimenta e outros 60 de geleias “francesas” nos sabores cassis, morango e pêssego. A licitação também listou a intenção de comprar 30 quilos de castanha portuguesa, ao custo total de R\$ 2,3 mil, outros 100 quilos de castanha de caju “natural torrada e selecionada”, por R\$ 5,2 mil, e ainda 50 quilos de castanha do Pará “sem casca”, por R\$ 2,9 mil.

“A contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis para as residências oficiais do governo do Estado tem por finalidade atender a demanda de alimentação da governadora, seus familiares e da Casa Civil por um período de um ano”, justifica o governo estadual no próprio edital.

Feijão. Até mesmo em itens mais de uso cotidiano, as quantidades e gastos chamam a atenção. O governo pretende comprar 1,4 tonelada de três variedades de feijão: mulata gorda, pre-

to e sempre verde. Só com esses grãos, o custo estimado no preçõ é de quase R\$ 10 mil.

No edital ainda está a compra de 2,5 mil garrafas de 1 litro de guaraná Jesus, 50 caixas de bombom e 30 pacotes de biscoito champanhe.

O custo total de R\$ 1,1 milhão corresponde a 3.113 vezes a renda per capita média de quem mora no Maranhão, Estado brasileiro com o pior indicador. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os maranhenses têm renda de R\$ 360,34, menos da metade da média nacional, que é de R\$ 793,87.

Festejos. Mesmo diante da crise, o governo Roseana já está preocupado em garantir os festejos do fim do ano. O Estado também planeja comprar 300 unidades de panetones para abastecer as despensas das residências oficiais da governadora. A previsão é gastar R\$ 4.425 com as caixas de panetone.

Procurado ontem, o governo do Maranhão não comentou as licitações para compra de alimentos. /RICARDO BRITO e ERNESTO BATISTA e RAFAELA LIMA, ESPECIAIS PARA O ESTADO

09 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Justiça?

A Defensoria Pública de SP completa oito anos hoje. Mas sem muito a comemorar. São apenas 610 defensores públicos em atividade em todo o Estado. E só 41 das 272 comarcas paulistas contam com os profissionais.

Até 2016, a estimativa é que sejam 900 defensores – ainda assim insuficientes. Estudo da associação nacional da categoria mostra que, se São Paulo tivesse um defensor para cada 10 mil pessoas, seriam necessários 3.081.

Justiça? 2

O déficit, no entanto, não é exclusividade paulista. Faltam defensores públicos em 72% das comarcas brasileiras. São somente 3,93 para cada 100 mil habitantes no Brasil. Para se ter uma ideia do que isso significa, existem 311 advogados para cada 100 mil habitantes em todo o País.

A situação é tão dramática que o Tribunal de Justiça do Maranhão afirmou ser a falta de defensores públicos no estado uma das “causas mais determinantes” para a recente onda de violência nos presídios maranhenses.

TUTTY

Autoridade mínima

A ONU cansou de cobrar explicações à Síria! Resolveu agora tomar satisfação no Maranhão! Espera que pelo menos os Sarney lhe deem ouvidos!

Mal comparando

Entrevistado nos corredores do STJD, em conversa sobre o lapso do ministro Joaquim Barbosa, que saiu de férias no STF sem assinar o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha: “Por muito menos, nós rebaixamos a Portuguesa!”

09 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Liminar suspende corte de supersalário na Câmara

Débora Álvares / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal suspendeu temporariamente o corte de salário acima do teto constitucional de um servidor da Câmara dos Deputados. A liminar, concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, ainda precisa ser analisada pelo plenário da Corte, mas pode servir de base para liberar o supersalário de outros 1.370 funcionários da Casa que recebem mais de R\$ 29,4 mil, salário de um ministro do STF que serve de teto constitucional para o pagamento de funcionários públicos.

Após ser informado da liminar do Supremo, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), pediu a consultores legislativos um estudo sobre os impactos da medida. O corte dos salários pagos acima do teto constitucional, em outubro, atendeu à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que avaliou como ilegais os pagamentos acima do teto.

No entendimento de Marco Aurélio, o comando da Câmara agiu de forma irregular, por não

ter garantido aos servidores o direito de defesa. “A Câmara dos Deputados, em nenhum momento, intimou os servidores que podem sofrer as consequências do cumprimento da decisão do TCU a apresentarem defesa no referido procedimento interno, de modo a estabelecer o contraditório necessário na via administrativa”, afirmou o ministro em decisão de 18 de dezembro.

O caso em questão envolve um analista legislativo. Segundo o STF, esse servidor exerce função comissionada de consultor legislativo e alegou que o corte determinado pela Câmara violou os princípios do contraditório e da ampla defesa, já que ele não teve a oportunidade de se manifestar sobre a decisão.

Marco Aurélio concordou com o argumento e criticou a Câmara. “A preservação de um Estado Democrático de Direito reclama o respeito irrestrito ao arcabouço normativo. Descabe endossar, no afã de se ter melhores dias, um recuo na concretização dos ditames constitucionais”, destacou o ministro.

Corrupção e impunidade

GAZETA DO POVO

09 JAN 2014

É compreensível que a população esteja descrente e queira penas mais severas para os casos dos chamados crimes do “colarinho-branco”. Mas é ilusório acreditar que o simples aumento da pena inibirá os corruptos

Aprisão de alguns dos condenados do mensalão, em 2013, não foi suficiente para o brasileiro acreditar que é possível coibir a corrupção. Um levantamento do Instituto Paraná Pesquisas feito em 158 cidades brasileiras, e cujos resultados foram publicados na **Gazeta do Povo** de 31 de dezembro, mostra que, para 65,1% dos entrevistados, as condenações não são capazes de reduzir a frequência dos crimes de corrupção. Um outro dado da pesquisa dá pistas sobre qual seria, no entendimento da população, o caminho ideal para combater a corrupção: 61,2% deles consideraram leves as penas a que foram condenados os envolvidos no escândalo.

Muito embora a percepção dos brasileiros seja de que as punições foram brandas é preciso ressaltar que houve condenações bem severas, como as de Marcos Valério (40 anos), Ramon Hollerbach (29 anos) e Cristiano Paz (quase 26 anos). No entanto, os condenados mais célebres, como os petistas José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares, tiveram punições menores, que podem vir a serem cumpridas no regime semiaberto. São situações como a dos ex-membros da cúpula petista, além da aceitação dos embargos infringentes (que, se julgados procedentes, poderão reduzir algumas penas) que alimentam a sensação de protelação e impunidade.

Há uma demanda popular por penas mais pesadas para o crime de corrupção. É compreensível que a população esteja descrente e queira penas mais severas para os casos dos chamados “crimes do colarinho-branco”. Não foram poucos, inclusive, os que apontaram o fato de os operadores do mensalão terem recebido penas muito maiores que os idealizadores e principais beneficiários do esquema, o que aumenta a sensação de que os “peixes grandes”, mesmo quando acabam presos, ainda recebem certos privilégios. A corrupção é um crime gravíssimo: é a apropriação indevida de recursos públicos que, de outra maneira, estariam sendo usados em serviços e benfeitorias que ajudariam muitos brasileiros.

No entanto, é ilusório acreditar que o simples aumento da pena inibirá os corruptos. Em 1764, o italiano Cesare Beccaria publicou um clássico do Direito — *Dos delitos e das penas* — em que já dizia: “A perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável, causará sempre uma impressão mais forte do que o vago temor de um suplício terrível, em relação ao qual se apresenta alguma esperança de impunidade”. Ou seja, o que inibe o crime não é tanto a severidade da pena, mas a certeza da punição.

O que vale para a corrupção também se aplica aos demais crimes. A série Crime sem Castigo, publicada pela **Gazeta do Povo** no ano passado, mostrava como uma pequena fração dos homicídios cometidos em Curitiba culminava com a condenação e a prisão dos seus autores. O homicídio é um crime punível com duras penas. Porém, se a chance de o homicida ser descoberto é ínfima, de nada adianta a pena ser severa. Para que seja inibida a conduta ilícita, é preciso que a punição seja uma consequência provável para o agente que comete o crime.

Não queremos dizer com isso que as alternativas (punição e aumento de pena) são excludentes. Nada impede que as penas para crimes de corrupção sejam aumentadas. No entanto, sem meios de combater a impunidade que caracteriza os escândalos de corrupção, qualquer elevação de pena será inócua. Impunidade, aliás, que se mostra não apenas no âmbito investigativo/judicial, mas também no eleitoral. Pouco tempo atrás, lembramos, neste mesmo espaço, que um dos mistérios da vida política brasileira é o fato de corruptos seguirem sendo eleitos e reeleitos, eleição após eleição, o que envia a esses políticos o recado de que o crime realmente compensa. Se a perspectiva de uma temporada na prisão ainda parece distante para os corruptos detentores de cargos eletivos, que ao menos a perspectiva da derrota nas urnas possa coibi-los. Mas, para isso, é preciso que os eleitores mostrem que seu compromisso com a ética está presente não apenas na hora de reclamar, mas também na hora de votar.

09 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Nem ONU faz governo federal se mexer sobre violência no Maranhão

Para especialistas, as medidas adotadas até agora são paliativas e não evitarão novas investidas das facções criminosas

Na esteira da Anistia Internacional, que se manifestou sobre a onda de violência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, Maranhão, ainda na terça-feira, o Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas pediu, ontem, uma "investigação imediata, imparcial e efetiva" sobre as mortes e decapitações ocorridas no presídio e divulgadas nas cenas que chegaram ao jornal *Folha de S.Paulo*. "Lamentamos ter que, mais uma vez, expressar preocupação com o terrível estado das prisões no Brasil e apelar às autoridades a tomar medidas imediatas para restaurar a ordem na prisão de Pedrinhas e em outras prisões do país", disse Rupert Colville, porta-voz da organização multilateral. Nem a manifestação da entidade, porém, provocou alguma reação de longo prazo do governo federal sobre o assunto — sinais de tortura já tinham sido identificados em Pedrinhas e outras prisões do país em 2008, na CPI do Sistema Carcerário.

Até o momento, a assistência da União ao Maranhão se resume à presença da Força Nacional no complexo penitenciário e à oferta de 25 vagas de transferência de presos para penitenciárias federais. Ao mesmo tempo, as soluções adotadas pelo estado são consideradas paliativas pelos especialistas (leia mais nesta página).

Medidas

Até agora 22 presos foram transferidos das cinco prisões do complexo de Pedrinhas para penitenciárias federais. Quem são esses presos ou mesmo o destino deles não se sabe. Ainda ontem, o Ministério da Justiça decidiu prorrogar por mais dois meses a presença da Força Nacional em São Luís. Os homens da tropa federal estão na capital maranhense desde outubro, quando uma rebelião no complexo de Pedrinhas resultou em nove mortes.

Além de ajudar nas transferências de mais presos, a tropa federal deverá auxiliar no controle de eventuais retaliações dos detentos.

Outra medida está sendo implementada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) do Maranhão, que reforçou Pedrinhas desde o estouro da violência. O Batalhão implementou um regime de quartel, com revistas até três vezes por dia, co-

mo forma de compensar a falta de disciplina e respeito que dominou o sistema. "Se você manda o preso colocar a mão para cima, ele tem de colocar a mão para cima. Eles têm de aprender a respeitar regras de novo", diz o comandante do batalhão, Raimundo Nonato de Sá. Há um oficial de alta-patente em cada unidade. "Para qualquer situação, já tem ao menos 36 policiais do Choque de prontidão", afirma. Também há viaturas do batalhão fazendo a ronda ao redor dos presídios permanentemente.

CONTINUA

09 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Diferente do Maranhão, porém, o complexo penal paranaense sofre mais com o problema de superpopulação de presos nas delegacias, embora os presídios também convivam com um número elevado de detentos e as ameaças de rebeliões e domínio da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Ainda assim, ao longo dos últimos anos, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju) tem conseguido controlar e diminuir a superlotação carcerária nas delegacias do estado. No fim de dezembro de 2010 havia 16.205 presos em 474 delegacias de polícia, com 6.087 vagas, um déficit de mais de dez mil vagas. No fim do ano passado, eram 241 delegacias com 9.753.

Para evitar tragédias e prevenir conflitos dentro das prisões, o diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR), Cezinando Paredes, conta que o estado tem investido em inteligência e integração com vários órgãos de segurança. "Existe uma triagem feita quando o detento chega. Se ele tem ligações com grupos fora, dentro é separado", explica.

NO PARANÁ

Saiba quantas mortes ocorreram e como no sistema penitenciário do estado nos últimos dois anos:

Tipo de morte	2012	2013
Homicídio	15	9
Morte acidental	3	2
Morte em rebelião	0	0
Morte natural	67	67
Suicídio	4	10

Fonte: Seju.

RETRATO

Um preso por mês morre assassinado nos presídios do Paraná

Diego Ribeiro

O sistema penitenciário do Paraná registrou 24 homicídios – ou uma média de um por mês – dentro dos muros dos presídios nos últimos dois anos. Em 2013, foram nove assassinatos. O dado revela uma realidade mais branda no Paraná, quando comparada com o Complexo Penal de Pedrinhas, no Maranhão. Naquela unidade, foram 62 assassinatos no ano passado, uma média de cinco homicídios por mês.

Apesar disso, a receita que gerou a "bomba" carcerária em Pedrinhas é a mesma na maioria dos demais estados brasileiros. "Números de funcionários reduzidos, segurança precária nos presídios, defensoria pública ainda começando", relaciona o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), José Roberto Neves. Para ele e outros especialistas, o tripé que dá base à crueldade e aos conflitos dentro das prisões é composto por superlotação carcerária, falta de garantias de direitos e facções criminosas. Para o juiz Eduardo Fagundes, que trabalha em mutirões carcerários, na região de Curitiba, aliás, o segundo ingrediente é o mais explosivo. "Os presos perdem a liberdade, mas têm direito a alimentação, dignidade, cidadania, saúde. Se esquecer do preso, trata-lo como bicho, mais eles se aproximam das facções", afirma. De acordo com ele, as facções acabam ocupando um espaço que deveria ser do estado assegurando esses direitos.

CONTINUA

09 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Transferências são praxe desde 2006

Desde 2006, quando a Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Catanduvas, no Paraná, foi inaugurada, a política de transferências e tentativa de isolamentos de líderes de facções criminosas tem sido instituída como uma prática para conter rebeliões e a dominância desses grupos organizados instalados no sistema carcerário brasileiro. O governo paranaense não foge à regra. Em março de 2013, 38 presos considerados lideranças perigo-

sas foram transferidos para os presídios de segurança máxima de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO).

Na época, Santa Catarina vivia sob fogo cerrado de criminosos que comandavam de dentro de presídios ataques a ônibus. No Paraná, houve rebeliões, ataques isolados e assassinatos de agentes penitenciários.

Na última semana do ano, em Pinhais, houve uma rebelião no Complexo Médico Penal do Paraná, encerrada após o governo estadual

atender algumas reivindicações dos detentos. Segundo a própria Seju, 40 presos foram transferidos para mais perto de suas famílias.

O diretor do Depen-PR, Cezinando Paredes, é a favor dessa medida para conter problemas graves e realinhar o trabalho dentro dos presídios. “Essa movimentação ajuda a administração penitenciária”.

O presidente do Sindarspen, José Roberto Neves, não concorda e acredita que as sistemáticas transferências vai levar a superlotação para as unidades federais. “Transferir sem o devido isolamento só faz a ideia das facções criminosas ser disseminada para outros estados”. (DR)

HISTÓRICO

Saiba o que ocorreu na mais recente onda de violência no Maranhão

Semana passada – começam os ataques a ônibus e delegacias na região de São Luís comandados de dentro do sistema penitenciário do Maranhão. Ainda na sexta-feira à noite, quatro ônibus são incendiados, deixando seis pessoas feridas, entre elas uma criança, de 6 anos, que morreu no dia seguinte. Dois distritos policiais são alvo de tiros.

Sábado, 4 de janeiro

– o governo do Maranhão divulga o nome do suspeito de ter comandado os ataques. Jorge Henrique Amorim Martins, 21 anos, conhecido como Dragão, preso por roubo qualificado, era detento do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Segunda-feira, 6 de janeiro

– vídeos de presos decapitados são divulgados e acirram ainda mais a crise do sistema carcerário do Maranhão. Só no complexo prisional de Pedrinhas, origem dos vídeos e dos ata-

ques, 62 presos morreram em 2013.

Ontem

– o Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU pede ação imediata e efetiva do governo federal na investigação das mortes em Pedrinhas. O Ministério da Justiça decide manter a Força Nacional na região por mais dois meses. A tropa está lá desde outubro para tentar coibir a guerra entre duas facções criminosas, o “PCM” (Primeiro Comando do Maranhão) e o “Bonde dos 40”.

09 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Reajuste no salário do STF gera efeito cascata no poder público do PR

Aumento para ministros do Supremo será repassado automaticamente, neste mês, para o governador, vice, secretários estaduais, juízes, promotores e conselheiros do TC

Katna Baran

Em vigor desde o último dia 1.º, o reajuste de 4,9% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vai gerar um efeito cascata nos vencimentos de outras autoridades federais e estaduais, com impacto significativo nas contas públicas. De acordo com a lei, o salário dos 11 ministros do STF passou de R\$ 28.059,29 para R\$ 29.462,25. No Paraná, o aumento será automático para o governador Beto Richa, o vice-governador Flávio Arns, os secretários estaduais, os membros do Ministério Público (MP) e os conselheiros do Tribunal de Contas (TC). O contracheque de janeiro de todos eles já virá com o reajuste.

Por lei, juízes e desembargadores dos tribunais federais e estaduais recebem automaticamente um aumento proporcional ao reajuste

dos vencimentos dos ministros do Supremo. Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) terão um aumento de pouco mais de R\$ 1,2 mil — o subsídio passa a ser de R\$ 26.564,35. Como o TJ tem atualmente 120 desembargadores, o impacto será de quase R\$ 150 mil mensais.

Já o salário-base dos juízes estaduais passa a ser de R\$ 24.302,81 — aumento de quase R\$ 1,2 mil. Já o subsídio dos 16 juízes substitutos lotados no Paraná ficará pouco mais de R\$ 1 mil mais alto.

Segundo o site do TJ, há 682 juízes no Paraná. Somando o custo do aumento salarial dos desembargadores e dos demais magistrados paranaenses, a folha salarial do Judiciário do estado deve ter acréscimo de quase R\$ 1 milhão por mês apenas com os vencimentos, sem contar os encargos sociais que incidem sobre o subsídio mensal. Procurada pela reportagem, a assessoria do TJ não informou qual será o custo total do reajuste.

TC e MP

O reajuste no STF também será repassado automaticamente para os sete conselheiros do TC. O salário será de R\$ 26.564,35 — sem contar os benefícios. A mudança aumentará em R\$ 8,6 mil o gasto com a folha de pagamento mensal da instituição.

Já o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Gilberto Giacoia, recebe o mesmo subsídio do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que foi automaticamente reajustado para R\$ 26.589,67. Não é possível prever, porém, qual o impacto na folha mensal do MP, já que os subsídios dos demais procuradores e promotores também serão alterados com base no reajuste do procurador-geral.

Magistrados da Justiça federal de todo o país também terão um aumento proporcional ao reajuste dos ministros. Os desembargadores federais passarão a receber, por mês, R\$ 26.564,35.

Mais aumento

Uma lei federal de dezembro de 2012 definiu reajustes anuais nos vencimentos dos ministros do STF até 2015. No ano que vem, o salário será aumentado R\$ 30.935,36 — o que deve gerar um novo efeito cascata. A partir de 2016, o Supremo terá de enviar a Congresso Nacional um novo projeto de lei para fixar os salários de seus 11 ministros.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 JAN 2014

REAJUSTE AUTOMÁTICO

Veja quais são os salários que terão reajuste automático a partir do aumento para os ministros do STF:

Cargo	Salário anterior	Salário atual
Ministro do STF	R\$ 28.059,29	R\$ 29.462,25
Desembargador do TJ-PR	R\$ 25.323,50	R\$ 26.564,35
Governador do PR	R\$ 28.059,29	R\$ 29.462,25
Vice-governador do PR	R\$ 26.656,32	R\$ 27.989,13
Secretários estadual do PR	R\$ 19.641,50	R\$ 20.623,57
Procurador-geral da República	R\$ 28.059,29	R\$ 29.462,25
Procurador-geral de Justiça do PR	R\$ 25.323,50	R\$ 26.564,35
Conselheiros do TC-PR	R\$ 25.323,50	R\$ 26.564,35

R\$ 29.462,25

é o novo salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir deste mês. A remuneração do governador Beto Richa passará a ser do mesmo valor.

R\$ 1 MILHÃO

por mês será o impacto do reajuste nas conta do Judiciário estadual do Paraná. Desembargadores e juízes também terão aumento automático.

EXCEÇÕES

Presidente, prefeitos e membros do Legislativo não terão aumento

Embora o reajuste salarial seja automático para uma série de cargos públicos pelo país, a presidente Dilma Rousseff (PT) não receberá aumento em função do novo salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Atualmente, o salário bruto da presidente é de R\$ 26.723,13. Para ter direito ao aumento, o reajuste tem de ser aprovado pelo Congresso Nacional. O mesmo ocorre com o subsídio dos membros do Legislativo – senadores, deputados federais, estaduais e vereadores. Os prefeitos também dependem da permissão de vereadores para promover qualquer reajuste no seu salário. No caso de Curitiba, segundo a assessoria da prefeitura, Gustavo Fruet (PDT) não pretende pedir o aumento. **(KB)**

Richa anuncia que irá doar R\$ 1,4 mil para instituição de apoio a crianças

O salário do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), sofrerá a partir deste mês aumento automático de R\$ 28.059 para R\$ 29.462. A assessoria do governo do estado informou, porém, que Richa irá doar o valor do reajuste – R\$ 1.402,96 – para uma instituição de apoio a crianças a ser escolhida pela Secretaria Estadual de Ação Social. Já o salário do vice-governador do estado, Flávio Arns, passará de R\$ 26.656,32 para R\$ 27.989,13. Os 29 secretários de estado terão um reajuste de quase R\$ 1 mil nos subsídios – que será de R\$ 20.623,57. O impacto do reajuste para o primeiro escalão estadual é de R\$ 30 mil mensais. **(KB)**

09 JAN 2014

GAZETA DO POVO **Entrelinhas**

» INVESTIGAÇÃO

Inquérito do metrô de SP é desmembrado em dois

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai dividir em dois o inquérito que investiga fraudes em licitações para a construção de trens e do metrô de São Paulo durante governos tucanos. Uma das pontas da investigação vai retornar para a Justiça Federal de São Paulo. A outra permanecerá no STF. Só serão alvo da mais alta corte do país os suspeitos com direito a foro especial pelos cargos que ocupam. Dos dez investigados, quatro têm essa prerrogativa.

Ficarão sob a mira do STF o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) e três dos secretários estaduais de São Paulo que também são deputados federais, mas estão licenciados do cargo: Edson Aparecido (Casa Civil), José Aníbal (Energia) e Rodrigo Garcia (Desenvolvimento Econômico). Os outros seis investigados retornarão aos cuidados da Justiça paulista. São três ex-dirigentes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); duas parentes de um ex-diretor da companhia; e o lobista Arthur Gomes Teixeira.

O inquérito investiga a suposta formação de cartel entre fornecedores do Metrô e da CPTM durante os governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB. A empresa alemã Siemens, que admitiu integrar o esquema, entregou ao Conselho Administrativo de Defesa

Cuidado com o que você compartilha

A Gazeta do Povo mostrou ontem que a prefeitura de Curitiba vai processar uma cidadã por ter publicado um post no Facebook acusando o Zoológico municipal de deixar faltar comida para os animais. O post foi divulgado no último sábado e já teve mais de 8 mil compartilhamentos. Sem entrar na discussão sobre as condições em que vivem os animais, o caso reforça a importância do cuidado com o que se publica nas redes sociais. Uma série de decisões recentes mostra que a Justiça tem apertado o cerco contra usuários que "passaram da linha" ao criticar empresas e pessoas. No início de dezembro duas mulheres foram condenadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar R\$ 20 mil em indenizações por curtirem e compartilharem no Face comentário ofensivo contra um veterinário acusado de negligência – que não foi comprovada.

Protesto malsucedido

Em agosto do ano passado, três mulheres de Piracicaba foram condenadas a pagar uma indenização de R\$ 33,3 mil – cada uma – para a rede de lanchonetes Habibs. Elas organizaram pelo Facebook um protesto contra o estabelecimento, após um cachorro que foi retirado do local por uma funcionária ter sido atropelado na rua. Na decisão, as internautas também tiveram que se retratar na rede social, sob pena de multa diária de R\$ 100.

Bullying virtual

Também há casos no Paraná. Em fevereiro de 2013, pais de duas adolescentes de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foram condenados a pagar R\$ 15 mil em indenização à família de uma jovem que foi difamada por elas no Orkut. As duas colegas de sala da vítima conseguiram a senha do Orkut da adolescente e entraram na sua página pessoal, postando mensagens depreciativas e alterando a fotografia do perfil.

Econômica (Cade) documentos atestando que o governo de São Paulo sabia e deu aval à formação de um cartel com 18 empresas.

O caso tramitava na Justiça Federal de São Paulo, mas foi transferido para o STF por causa dos quatro deputados federais investigados. O inquérito está sob sigilo de Justiça.

09 JAN 2014

» JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO
Prisão de João

Paulo Cunha pode ficar para fevereiro

Defesa do deputado e membros do STF dizem que somente Joaquim Barbosa, que está em férias, pode determinar a prisão por ser o relator do caso

■ Ao sair de férias sem assinar o mandado de prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, adiou para o início de fevereiro o início da execução da pena do petista. Integrantes do STF e o advogado de Cunha, Alberto Toron, avaliam que o regimento interno estabelece que somente o relator do caso, Barbosa, poderia determinar a prisão.

Nesse sentido, a presidente em exercício do Supremo, Cármen Lúcia, não teria poder para determinar, durante o recesso do tribunal, a execução da pena. Durante o recesso, o presidente do STF pode decidir questões urgentes, como pedidos de liminar em habeas corpus. A execução da pena não se enquadraria nessa condição. Além disso, o regimento determina que a execução da pena é atribuição do relator do processo. No caso do mensalão, o relator foi o ministro Joaquim Barbosa.

“Ela [Cármen Lúcia] age como presidente do Supremo e não como relatora”, afirmou Toron. “É atribuição exclusiva do relator e por isso [o mandado de prisão] ainda não foi expedido”, acrescentou o advogado. Apesar disso, os documentos relativos ao processo foram todos encaminhados para o gabinete da ministra Cármen Lúcia. Caberia a ela a avaliar se poderia ou não decidir o caso. De acordo com Toron, o gabinete informou à defesa que o mandado de prisão aguardaria o retorno de Joaquim Barbosa das férias.

Visitas

João Paulo Cunha ficou todo o dia de ontem em seu apartamento funcional em Brasília. Recebeu visitas de correligionários e, num almoço, fez uma série de avaliações sobre o quadro eleitoral deste ano. Parte da conversa pôde ser ouvida por jornalistas pela janela do apartamento do deputado. O petista avaliou a situação da presidente Dilma Rousseff. E fez o seguinte comentário: “Dilma fala que está tudo bem. Ter 40% [de aprovação nas pesquisas] para uma eleição às vezes não é mais difícil do que chegar a 51%. De zero a 40% vai, mas de 40% para 51%?”, comentou sobre o índice necessário para a eleição de um candidato.

PT não pressionará pela renúncia do deputado, dizem dirigentes

Dirigentes do PT decidiram que não farão pressão sobre o deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) para convencê-lo a renunciar ao mandato parlamentar e evitar o desgastante processo de cassação na Câmara dos Deputados após a expedição do mandado de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “Nós entendemos a posição dele. Renunciar ou não é uma decisão dele”, disse um “cacique” petista que pediu para não ter o nome divulgado. Embora tenham anunciado que respeitarão qualquer posição de Cunha, os petistas não descartam a possibilidade de conversar futuramente com o deputado dependendo do encaminhamento de sua situação na Câmara. “O partido pode aconselhá-lo, mas Jamais Impor”, comentou o dirigente petista.

09 JAN 2014

BEMPARANÁ

Mais ministros, com menos poder no STF

A deputada federal Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, apresentou uma PEC que aumenta o número de ministros no Supremo Tribunal



Federal (STF), mas reduz as atribuições e os poderes na alta Corte do país. Além disso, Erundina propõe a mudança na escolha dos novos ministros — hoje de competência do presidente da República. Pela PEC, a indicação dos ministros será feita pelo presidente do Congresso Nacional, a partir de listas triplas elaboradas pelo CNJ, pelo Ministério Público e pela OAB. E algumas das atribuições do STF seriam transferidas para o STJ — entre elas, o julgamento do presidente da República e dos membros do Congresso em caso de infrações penais comuns.

STJ desmente acidente com ministra

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se apressou ontem para desmentir a informação sobre um possível acidente de carro no interior do estado da Bahia envolvendo a ministra Nancy Andrighi. A imprensa do estado baiano divulgou a notícia que o carro da ministra bateu em outro veículo e resultou na morte de quatro pessoas. O STJ soltou uma nota afirmando que na data do acidente, dia 3 de janeiro, a ministra estava em Brasília.

09 JAN 2014

BEMPARANÁ

Biometria

A partir da próxima segunda-feira até o dia 28 de março de 2014, todos os eleitores de Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba) devem comparecer ao Fórum Eleitoral do município, situado na Av. Francisco Xavier de Almeida Garret, 1345 (Centro), para os procedimentos de revisão biométrica. Por conta disso, a Justiça Eleitoral disponibilizou em seu site na internet o serviço de agendamento. Esse serviço permite ao eleitor escolher dia e horário de atendimento, tornando tudo muito mais prático e rápido para o eleitor. O agendamento pode ser feito através do link: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria/recadastramento-biometrico>

Campo Largo

Biometria

A partir desta segunda-feira, dia 13 de janeiro, até o dia 28 de março de 2014, todos os eleitores de Campo Largo deverão comparecer ao Fórum Eleitoral do município, situado na Av. Francisco Xavier de Almeida Garret, 1345 - Centro, para os procedimentos de revisão biométrica.. O agendamento pode ser feito através do link: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria/recadastramento-biometrico>.

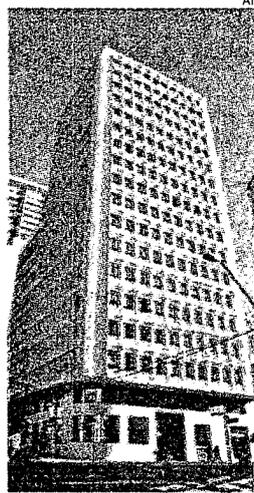
09 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Defensoria Pública atenderá em novo endereço

A Defensoria Pública do Paraná atenderá o público em novo endereço, em Curitiba, a partir da próxima segunda-feira (13). Quem precisar dos serviços oferecidos deve se dirigir à Alameda Doutor Muricy, esquina com a Rua Cruz Machado (atrás da Secretaria de Estado da Cultura), no Centro. O atendimento está suspenso até esta sexta-feira (10) em função da mudança de prédio.

A Defensoria Pública atende pessoas que não podem pagar um advogado e, em Curitiba, oferece assistência jurídica integral e gratuita nas áreas Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal e Execução Penal a todos os cidadãos que



Novo prédio onde a Defensoria Pública funcionará

possuam renda de até três salários mínimos por família.

Para o primeiro atendimento, a instituição funciona de segunda a quinta-feira, das 8h às 17h. Na sexta-feira é feito o acompanhamento de processos.

Novo endereço

A Defensoria Pública do Paraná informa que a partir da próxima segunda-feira, 13 de janeiro, estará atendendo em novo endereço na cidade de Curitiba: Alameda Doutor Muricy esquina com a rua Cruz Machado (atrás da Secretaria de Estado da Cultura). Até a sexta-feira desta semana (dia 10/01) o atendimento ao público estará suspenso por conta da mudança de prédio.

09 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Cadastro em Campo Largo

A partir de segunda-feira, 13, até 28 de março, os 81.569 eleitores de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba, deverão comparecer ao fórum eleitoral para o cadastro biométrico. Por conta disso, a Justiça Eleitoral disponibilizou na internet o serviço de agendamento. Esse serviço permite ao eleitor escolher dia e horário de atendimento. O agendamento pode ser feito no www.tre-pr.jus.br.